

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO QUÍMICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Keliana Dantas Santos (1) Eduardo Vieira da Cunha Ferraz (2)

(¹Instituto Federal da Paraíba – campus João Pessoa, keliana.santos@ifpb.edu.br; ²Instituto Federal da Paraíba – campus João Pessoa, eduardovieiraFerraz@yahoo.com.br).

Introdução

A existência de programas como o Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH (BRASIL, 2003) e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos PNEDH (BRASIL, 2006) é fundamental para considerarmos a relevância do tema Direitos Humanos para a Educação Química. Em Brasil (2006) a Educação em Direitos Humanos é compreendida como um processo que articula três dimensões: a) conhecimentos e habilidades: compreender os direitos humanos e os mecanismos existentes para a sua proteção, assim como incentivar o exercício de habilidades na vida cotidiana; b) valores, atitudes e comportamentos: desenvolver valores e fortalecer atitudes e comportamentos que respeitem os direitos humanos; c) ações: desencadear atividades para a promoção, defesa e reparação das violações aos direitos humanos. Além disso, em 2012 o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012). Em 2015 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos profissionais do Magistério da Educação Básica (BRASIL, 2015) reafirmando e destacando o compromisso dos professores da Educação Básica e Superior com a Educação em Direitos Humanos. No último ano - em 2017 - o curso de Licenciatura em Química do IFPB – campus João Pessoa ofereceu pela primeira vez o componente curricular Educação em Direitos Humanos, para estudantes do segundo período do curso. Diante deste cenário, o objetivo desse trabalho é relatar a experiência de construção deste componente curricular apresentando-o com um exemplo de formação pautado na Educação em Direitos Humanos e proporcionar reflexões sobre a formação do professor de Química.

Metodologia

Este estudo baseia-se na técnica da pesquisa descritiva, qual segundo Gil (2010), tem como objetivo a descrição de características de determinada população. As pesquisas descritivas têm por objetivo estudar as características de um determinado grupo. Este estudo classifica-se ainda como um estudo de caso. De tal modo, este é um relato da experiência na disciplina Educação em Direitos Humanos ofertada pelo curso de graduação em Licenciatura em Química do IFPB – campus João Pessoa, no segundo semestre de 2017. A população envolvida neste processo foi formada por um grupo de 12 estudantes de graduação, a professora titular e o psicólogo da instituição. A interação ocorreu durante os 18 encontros programados com os alunos, de forma presencial totalizando 3 aulas por encontro, e também à distância no repasse de informações e materiais através da plataforma institucional SUAP. Além da interação com os alunos em sala de aula e por meio eletrônico, foram realizadas reuniões de instrução e oportunizadas conversas informais com a professora orientadora. Os dados, que permitiram o desenvolvimento deste relato, foram obtidos durante a realização das aulas. Várias estratégias de ensino foram utilizadas, para permitir a interação com os alunos: exposições dialogadas; estudos de caso; vídeos; discussões estruturadas em grupo e seminários. Ao final do processo foi realizado um encerramento das atividades que objetivou um feedback dos alunos.

Resultados e Discussão

Durante a realização das aulas, alguns cuidados foram observados a fim de garantir a participação de todos os envolvidos no processo: a) democraticamente permitir a participação e o

(83) 3322.3222

contato@conapesc.com.br

www.conapesc.com.br

envolvimento dos alunos na construção e elaboração do plano do ensino, permitindo aos mesmos opinar sobre as formas e estratégias de como o semestre seria desenvolvido, bem como os conteúdos de maior interesse dos alunos; b) ao se interessar pela experiência prática dos alunos e permitir sua exposição, trazendo para a sala de aula contextos dos mais diversos; c) estabelecer regras de convivência em sala de aula para que fossem evitadas agressões e outros desrespeitos durante as discussões. Ao longo do semestre, a sistemática adotada foi a de debates dos textos previamente selecionados e disponibilizados na plataforma institucional SUAP juntamente com o cronograma da disciplina, que dispunha da sequência dos textos a serem discutidos em cada dia de aula. No curso de Licenciatura em Química, muitos alunos trazem para sala de aula sua experiência profissional adquirida pela atuação em escolas de ensino médio da rede pública. Tal característica enriqueceu ainda mais as aulas, ao confrontar essas experiências com os conteúdos teóricos que estavam sendo abordados. Com base nas leituras realizadas em casa pelos alunos, as discussões eram travadas em sala de aula, oportunizando um espaço para o debate, a solução de dúvidas e a construção de novas ideias. O aprofundamento das reflexões também foi oportunizado pelo desenvolvimento de textos teóricos pelos alunos, orientados por perguntas norteadoras, no qual eles deveriam desenvolver argumentos baseados nas leituras disponibilizadas e na busca de novos materiais bibliográficos e documentos científicos. Os eixos temáticos da disciplina foram: a) questões étnico-raciais; b) questões de gênero (LGBTT); c) questões de gênero (feminino) e d) liberdade religiosa. Como avaliação final da disciplina, desenvolveram-se seminários temáticos pelos alunos, nos quais eles foram responsáveis pela elaboração de uma proposta de aula de química para o ensino médio. Esta proposta de aula deveria partir de um tema gerador dentro do currículo regular de química no ensino médio e além dos conhecimentos técnicos da disciplina, deveria haver uma discussão conjugada de algum tema de direitos humanos discutida em sala de aula. Os temas já haviam sido escolhidos pelos alunos no início do semestre, durante a construção do plano de ensino. Para o desenvolvimento dos seminários, todos os alunos deveriam fazer a leitura de um texto base, que era discutido e complementado por outras bibliografias e dados atualizados sobre o tema. Na exposição dos seminários, apesar da maioria dos alunos (70%) optarem por aulas em que o tema explorado fosse meio ambiente e saúde humana, temas já amplamente discutidos na química, a disponibilização de dados recentes sobre a temática aliado à construção teórica, permitiu o reconhecimento e as atuais configurações do cenário no Brasil e no mundo. Outros temas como: trabalho decente, violência contra a mulher, racismo e educação inclusiva foram também explorados nas apresentações. Para finalizar o semestre, realizou-se uma atividade de feedback, na qual os alunos deveriam demonstrar os conhecimentos adquiridos ao longo do semestre. Desenvolveu-se com o grupo uma roda de conversa a fim de avaliar os pontos positivos e negativos da disciplina, e também, para perceber se a importância da discussão do tema direitos humanos em aulas de química para o ensino médio tinha sido bem explorada. Neste feedback vislumbrou-se que os objetivos traçados no início do semestre haviam sido alcançados. Os principais pontos negativos apresentados pelos alunos foram: textos muito longos, dificuldade para realização do trabalho final e ausência de uma discussão mais aprofundada sobre educação inclusiva. Dos pontos positivos mais citados: atualidade dos temas, desmistificação de que os direitos humanos eram “coisa pra defender bandido”, vislumbre da possibilidade de integrar as aulas de química com a discussão concernente aos direitos humanos e, por fim, uma das alunas destacou que as discussões sobre gênero a fizeram reivindicar melhor tratamento por parte de alguns homens do curso que tentavam se sobressair inferiorizando-a pelo simples fato de ser mulher e estar num curso dito das ciências exatas.

Conclusões

(83) 3322.3222

contato@conapesc.com.br

www.conapesc.com.br

O aprofundamento dos estudos sobre Direitos Humanos foi o responsável por estimular uma busca pelo saber/ conhecer os direitos e estimular o desenvolvimento de uma capacidade argumentativa e pela promoção de uma cidadania ativa e participativa. Além disso, foi possível mostrar, a partir da estratégia didática, que é possível trabalhar Educação Química em uma perspectiva intercultural e preparar projetos que conduzam a uma ação em sala de aula que empodere sujeitos e grupos postos à margem; ou seja, que consigam olhar a história com a ótica dos subalternizados e encontrem caminhos para que violações de direitos humanos não voltem a acontecer. Pensar a formação do Professor de Ciências como um Agente Sociocultural e Político é uma tarefa árdua e que certamente não pode ser esgotada por um componente curricular apenas. É necessário um estímulo constante na formação inicial e continuada de professores por revisão dos valores pessoais, uma reflexão sobre os próprios preconceitos e constantes ações para eliminá-los.

Referências

- BRASIL. Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: 2003.
- _____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: 2006.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Diário Oficial da União: 30 de maio de 2012.
- _____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica. Publicado no D.O.U. 25 de junho de 2015.
- GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.